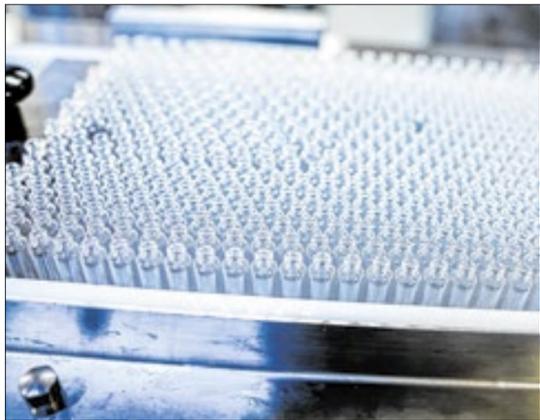


## CORREIO NACIONAL

Foto: Ricardo Stuckert / PR



Tecnologia será adquirida de farmacêutica indiana

## Após 20 anos, país retomará fabricação nacional de insulina

O Ministério da Saúde recebeu, na sexta, o primeiro lote de insulinas produzidas por meio do programa Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo, que faz parte da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde. O país voltará a fabricar o medicamento 100% nacional, por meio de transferência da tecnologia da farmacêutica indiana Wockhardt, com base em um acordo com o laboratório público Fundação Eze-

quiel Dias e com a empresa brasileira Biomm.

O ministro Alexandre Padilha participou do evento de entrega do lote com 207.385 mil unidades do medicamento, sendo 67.317 frascos de insulina regular e 140.068 de insulina NPH, na fábrica da Biomm, em Nova Lima (MG). "Depois de mais de duas décadas sem produzir insulina humana, o Brasil retoma essa fabricação para ser entregue ao Sistema Único de Saúde e contribuir com a saúde da população", destacou Padilha.

## MEC quer estender Pé-de-Meia

O ministro da Educação, Camilo Santana, declarou na sexta que quer universalizar o programa federal Pé-de-Meia a todos estudantes do ensino médio público, a partir de 2026. A declaração foi dada durante a divulgação do Indicador Criança Alfabetizada no Brasil de 2024.

Pelos cálculos do MEC,

a universalização do Pé-de-Meia precisará de mais R\$ 5 bilhões dos cofres públicos. Para viabilizar a ampliação orçamentária, o ministro tem conversado com representantes do Congresso Nacional. O ministro explica que, atualmente, a renda familiar é o critério para ter inscrição ativa no CadÚnico.

## Mais de meio milhão de inscritos

A segunda edição do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU) teve 500 mil pessoas inscritas na primeira semana. O número é preliminar porque os interessados têm até 20 de julho para se inscrever. Na primeira edição, em 2024, o certame teve 2.144.435 de candidatos. O CNU é um mo-

delo de seleção inovador, criado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, que reúne em uma única estrutura vagas para diversos órgãos federais.

A segunda edição do CNU oferta 3.652 vagas para 32 órgãos, com provas aplicadas em dois dias em centenas de municípios.

## 45 jatos vendidos à Dinamarca

A Embraer fechou a venda de 45 jatos E195-E2, com direitos de compra para 10 aeronaves adicionais, para a Scandinavian Airlines (SAS), uma operação de R\$ 21,8 bi. O acordo histórico foi divulgado pela companhia aérea no início deste mês.

"Esta é a maior encomenda a um único fabri-

cante desde 1996. Mesmo diante dos desafios para o comércio internacional, a Embraer segue abrindo mercados gerando emprego e renda", comemorou o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, em uma rede social.

## Pacto pela proteção de crianças

A secretária nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (SNDCA/MDHC), Pilar Lacerda, representou o governo brasileiro na Reunião Regional da Aliança Global dos Países Pioneiros para Acabar com a Violência con-

tra Crianças, nos dias 10 e 11 de julho, realizado pela Organização das Nações Unidas (ONU), na Cidade do México.

O objetivo da agenda é reunir os 44 países-membros que aderiram à aliança e todas as partes interessadas relevantes comprometidas.

## 2,4 mil candidatas para bolsas

A CAPES publicou a relação dos 2.465 selecionados para o Programa Institucional de Doutorado-Sanduíche no Exterior (PDSE) por meio do edital Edital nº 26/2024. A partir da divulgação do resultado, que ocorreu na quarta-feira, 9 de junho, os candidatos aprovados de-

verão manifestar o aceite do benefício no prazo de dez dias. As atividades no exterior, com duração de quatro a nove meses, começam a partir de setembro deste ano. No PDSE, a CAPES oferta uma vaga por curso de doutorado avaliado com notas 4, 5, 6 ou 7 pela agência federal.

## ICMBio: planejamento reduz riscos, mas não os elimina

ICMBio não vê falhas que possam ter causado morte de menina

Prefeitura de Cambará do Sul/Divulgação

A morte de uma menina de 11 anos dentro do Parque Nacional da Serra Geral chama atenção para a segurança nas unidades de conservação, que também são abertas ao turismo de aventura e contemplação. Logo após o acidente no Cânion Fortaleza, no município de Cambará do Sul (RS), a concessionária responsável pelo equipamento turístico declarou cumprir um conjunto de políticas e protocolos de segurança exigidos.

"Turistas são orientados a adotarem as práticas adequadas para a atividade em meio às trilhas, sobretudo nas bordas dos cânions. Placas sinalizam o caminho e alertam os visitantes ao longo do trajeto, sobre os riscos e as precauções que devem ser tomadas", destaca a nota divulgada pela empresa Urbia Cânions Verdes, que atua nos Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral.

De acordo com a empresa, também é mantida equipe de segurança com bombeiros civis treinados para atendimento a emergências ou acidentes. E, como as trilhas são classificadas de nível médio e intermediário, a contratação de guias de turis-



Uma menina de 11 anos morreu no Parque Nacional da Serra Geral

mo registrados no Cadastur é opcional, mas não é intermediada pelo administrador do parque.

Todas essas regras integram o Sistema de Gestão de Segurança no Parque Nacional da Serra Geral, planejamento apresentado no Protocolo Operacional de Visitação (Prov), um documento aprovado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) dentro das exigên-

cias do contrato de concessão.

O documento é um plano detalhado de como funcionará cada área onde os visitantes podem acessar e que tipo de atividades pode ser praticadas por eles. Além de informações sobre horário de funcionamento, serviços disponíveis, monitoramento das visitas e restrições aos visitantes, também são descritos todos os componentes de segurança, seja de uso individual ou os que irão compor

o ambiente, como sinalização, guarda-corpo e ancoragens fixadas ou naturais. Tudo deve ser aprovado pelo ICMBio, órgão técnico capaz de avaliar a viabilidade das atividades e equipamentos.

No caso do acidente do Parque Nacional da Serra Geral, o órgão informou, por meio de nota, que não foram detectadas falhas sistêmicas na segurança e na sinalização das áreas de visitação.

## Avanços da Lei Brasileira de Inclusão

Paulo Pinto/Agência Brasil



Em vigor há 10 anos, lei vai além das cotas para PCD

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência completou uma década no dia 6 de julho, e, na opinião de especialistas, consolidou-se como um marco na garantia de direitos e na promoção da inclusão social.

A pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Liliã Gonçalves Bernardes destaca que a LBI consolida um modelo mais inclusivo de acesso ao mercado de trabalho, pois é baseada na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU.

Segundo ela, esse é um modelo baseado em direitos humanos, e vai além apenas da obrigatoriedade de contratação de pessoas com deficiência, prevista na Lei de Cotas. A LBI determina que empregadores devem garantir condições de acessibilidade no ambiente de trabalho, incluindo adaptações razoáveis que não acarretem ônus desproporcional, aspectos que não eram detalhados na Lei de Cotas.

"O conceito de deficiência

também é mais abrangente e holístico, pois considera não apenas a diferença corporal ou mental como base para a caracterização da deficiência. É preciso considerar as barreiras que a pessoa enfrenta em seu contexto, e o quanto a interação entre a diferença corporal e as barreiras interfere na inclusão social da pessoa com deficiência", disse a pesquisadora.

Outro avanço importante é a tipificação da discriminação contra pessoas com deficiência

no trabalho como crime, prevendo penalidades para práticas como recusa de contratação, demissão injustificada ou negativa de promoção com base na deficiência, afirma Liliã.

"A LBI também estimula o trabalho com apoio, como a mediação de profissionais de apoio e tecnologias assistivas, para manter a pessoa com deficiência no mercado de trabalho e seu desenvolvimento profissional".

"Infelizmente, ainda há muito a avançar na aplicação da lei e

na redução do capacitismo, que leva os empregadores e colegas de trabalho a considerarem as pessoas com deficiência menos capazes", destacou a pesquisadora do Ipea.

Dados do Ministério do Trabalho mostram que, entre 2009 e 2021, enquanto o mercado formal cresceu 18,26%, a contratação de pessoas com deficiência aumentou 78,44%. Em 2024, mais de 27 mil trabalhadores foram incluídos por meio de ações fiscais dos auditores do trabalho.

Minas Gerais se destaca, com 60% das vagas reservadas para pessoas com deficiência preenchidas – acima da média nacional (57,8%). O estado concentra 10% das empresas obrigadas a cumprir a cota.

Segundo a auditora-fiscal do trabalho e coordenadora estadual do projeto de inclusão de pessoas com deficiência e reabilitados no mercado de trabalho do Ministério do Trabalho, Patrícia Siqueira, a pasta é responsável pela fiscalização das cotas.

## STF

## Denúncias do Tribunal de Contas do Espírito Santo

O Supremo Tribunal Federal (STF) validou a regra que atribui às áreas técnicas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES) a responsabilidade de realizar uma análise prévia sobre a viabilidade de denúncias de irregularidades e ilegalidades apresentadas à corte.

A decisão, unânime, foi tomada no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7459, concluído na sessão plenária virtual em 30 de junho. O artigo 177-A do Regimento Interno do TCE-ES determina que as áreas técnicas realizem essa análise prévia após a admissão da denúncia pelo relator.

## STJ

## Maria Marluce Caldas Bezerra é indicada para o STJ

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva indicou, na quinta-feira (10), a procuradora Maria Marluce Caldas Bezerra, do Ministério Público de Alagoas (MPAL), para a vaga em aberto na composição do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Agora, a escolhida deve passar por sabatina na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal e, se aprovada em plenário, será nomeada pelo chefe do Executivo e empossada em sessão solene do tribunal. Em maio último, Lula já havia indicado o desembargador do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) Carlos Brandão para a outra vaga em aberto no STJ.

## TSE

## Recurso Especial Eleitoral no TSE

Por ser cabível nas eleições municipais – que contam com grande número de candidatos –, o Recurso Especial Eleitoral (Respe) é uma das classes processuais mais analisadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O Respe é apresentado para contestar decisões sobre indeferimento de registros de candidaturas em razão de inelegibilidade (Lei Complementar nº 64/1990). O julgamento desse tipo de recurso pode resultar em cassação de mandato eletivo e em eventual realização de novos pleitos municipais.

Segundo o Código Eleitoral (Lei nº 4.737/1965), geralmente, os Respes não têm efeito suspensivo.

## TCU

## Diálogo Público debate soluções para Minas Gerais

Prefeitos e prefeitas de Minas Gerais já podem se programar para participar do evento "Diálogo Público – Encontro de Ideias e Soluções", que será realizado no dia 7 de outubro, em Belo Horizonte. As inscrições abrem no dia 7 de agosto. Com vagas limitadas, cada município pode inscrever até três participantes.

O encontro é promovido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em parceria com o Tribunal de Contas do Estado (TCE-MG). Os presidentes do TCU, ministro Vital do Rêgo, do TCE-MG, Durval Ângelo, e autoridades das três esferas da Federação participam do encontro.